



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS V
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

JOSÉ BARBOSA DE LUCENA NETO

**AS TEORIAS DA GEOPOLÍTICA E A RÚSSIA:
Entre o Poder Terrestre e o Poder Marítimo**

**JOÃO PESSOA
2017**

JOSÉ BARBOSA DE LUCENA NETO

**AS TEORIAS DA GEOPOLÍTICA E A RÚSSIA:
Entre o Poder Terrestre e o Poder Marítimo**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentada ao Programa de Graduação em Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Relações Internacionais.

Área de concentração: Ciências Sociais Aplicadas

Orientador: Prof. Dr. Fábio Rodrigo Ferreira Nobre

JOÃO PESSOA
2017

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

L935t Lucena Neto, Jose Barbosa de.

As teorias da geopolítica e a Rússia [manuscrito] : *entre o poder terrestre e o poder marítimo* / Jose Barbosa de Lucena Neto. - 2017.

35 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, 2017.

"Orientação : Prof. Dr. Fábio Rodrigo Ferreira Nobre, Coordenação do Curso de Relações Internacionais - CCBSA."

1. Geopolítica. 2. Rússia. 3. Ártico.

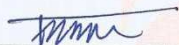
21. ed. CDD 327.101

JOSÉ BARBOSA DE LUCENA NETO

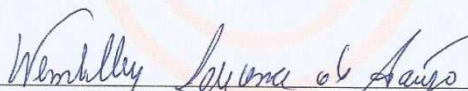
As Teorias de Geopolítica e a Rússia: entre o Poder Terrestre e o Poder Marítimo.

Monografia apresentada ao Curso de Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba.

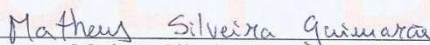
Aprovado(a) em 14 / 12 / 2017.



Fábio Rodrigo Ferreira Nobre / UEPB
Orientador(a)



Wembley Lucena de Araújo / UEPB
Examinador(a)



Matheus Silveira Guimarães
Examinador(a)

SUMÁRIO

| | | |
|--------|--|----|
| 1. | CONSIDERAÇÕES INICIAIS | 04 |
| 2. | A EXPANSÃO DO IMPÉRIO RUSSO E DA URSS | 06 |
| 3. | GEOGRAFIA POLÍTICA E GEOPOLÍTICA | 10 |
| 4. | A RÚSSIA E A TEORIA DO PODER TERRESTRE | 13 |
| 4.1 | A Teoria do Poder Terrestre (Mackinder) | 13 |
| 4.1.1. | <i>O Heartland</i> | 16 |
| 4.2. | A Rússia pós- Guerra Fria e o Poder Terrestre | 17 |
| 5. | A RÚSSIA E A TEORIA DO PODER MARÍTIMO | 19 |
| 5.1. | A Teoria do Poder Marítimo (Mahan) | 19 |
| 5.2. | O Poder Marítimo na história | 22 |
| 5.3. | A Rússia pós- Guerra Fria e o Poder Marítimo | 24 |
| 6. | O CASO DO ÁRTICO | 25 |
| 6.1. | O Ártico | 25 |
| 6.2. | O <i>Arctic Five</i> | 29 |
| 6.3. | Os Interesses da Rússia no Ártico | 30 |
| 7. | CONSIDERAÇÕES FINAIS | 32 |
| 8. | REFERÊNCIAS | 34 |

AS TEORIAS DA GEOPOLÍTICA E A RUSSIA:

Entre o Poder Terrestre e o Poder Marítimo

José Barbosa de Lucena Neto

RESUMO

A Geopolítica é um ramo das Ciências Políticas e, conseqüentemente, das Relações Internacionais que busca compreender as relações entre Estado nacional e território no plano da política internacional. Dentro do estudo da Geopolítica duas teorias clássicas se destacam, uma antagônica à outra: a teoria do Poder Terrestre e a teoria do Poder Marítimo. Partindo desse referencial teórico, o presente artigo pretende analisar como os princípios dessas duas teorias clássicas têm influenciado as estratégias militares da Rússia ao longo da história e, principalmente, na reorganização das mesmas no período pós-Guerra Fria. Utilizando-se do método dedutivo, partindo do geral com a explanação das duas grandes teorias rivais, para o específico ao abordar os eventos históricos e políticos relacionados às diretrizes de ambas as vertentes, o artigo tem como procedimento técnico o estudo caso, de caráter exploratório, com revisão bibliográfica de artigos científicos e livros acadêmicos. Desta forma, o artigo tem como objeto de estudo a atuação recente da Federação Russa no Ártico, haja vista o novo panorama geopolítico surgido com o degelo que possibilitou a abertura de novas rotas marítimas nessa região, concluindo que a Rússia continua utilizando sua estratégia tradicional do poder terrestre, porém associando-a a novas alternativas por meio do Poder Marítimo, com vistas a recuperar o antigo status que possuía no período imperial e soviético.

Palavras-Chaves: Geopolítica. Rússia. Ártico

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A Rússia é, sem dúvida, um dos mais significativos países para realizar estudos de casos em História, Ciência Política, Relações Internacionais e Geopolítica. A terra dos Czares foi e continua sendo palco de uma série de eventos que determinam boa parte dos rumos da humanidade, evidenciados especialmente pela análise historiográfica, pela política e pela filosofia. Uma potência global forjada por grandes Czares, os quais se enxergavam com poderes quase divinos tais como Pedro I, o Grande e Catarina II, a Grande, que através da expansão territorial, da submissão absoluta da sua população e da construção de imponentes monumentos conquistaram o respeito das potências ocidentais. Um Estado que o seu extenso território, seu clima hostil e a determinação de seu povo colocaram de joelhos conquistadores como Napoleão e Hitler. Um povo que revelou grandes personalidades como Leon Tolstói e Fiódor Dostoiévsk e que influenciou sobremaneira a cultura ocidental. Um país laboratório de ideologias e regimes, que de Lenin, Trótsky e Stalin até Mikhail Gorbachev e Vladimir Putin vem desafiando todos os atores no sistema internacional. Uma superpotência global do século

XX capaz de rivalizar com os Estados Unidos da América e determinar o destino do mundo por meio do seu poderio bélico impressionante. (SEGRILLO, 2012)

A estratégia e a guerra fazem parte da identidade histórica da Rússia, e não é por acaso que o Estado dos grandes enxadristas é um ator extremamente relevante nos estudos de Geopolítica. No âmbito dessa área de conhecimento duas grandes teorias rivalizam: a Teoria do Poder Terrestre e a Teoria do Poder Marítimo, sendo que a Rússia sempre foi classificada como uma potência terrestre. (MACKINDER, [1904]/(2011); MAHAN, 1890; SEGRILLO, 2012).

Com o escopo de melhor compreender a aplicação dos pressupostos da Teoria do Poder Marítimo e da Teoria do Poder Terrestre à geopolítica russa, o trabalho começa fazendo uma retrospectiva histórica da Rússia, mostrando como essa grande potencia foi forjada por diversas guerras e pela anexação continua de territórios durante o período imperial e soviético. Embora a queda do império czarista e as dificuldades iniciais enfrentadas pelos primeiros governos da antiga URSS tenham feito a Rússia perder momentaneamente parte de sua capacidade de exercer a hegemonia no jogo de poder entre as nações, ela soube adaptar-se às novas condições, não tardando para que a URSS recuperasse grande parte da influência perdida, alcançando um patamar de poder e controle territorial que o império nunca conseguiu alcançar, assumindo finalmente o status de superpotência mundial. (SEGRILLO, 2012; KENNEDY, 1989)

Contudo, da mesma forma que aconteceu com o colapso do império, o regime soviético decaiu com o fim da Guerra Fria, retrocedendo novamente no que se refere tanto a sua influência nas relações de poder quanto na extensão territorial. (SEGRILLO, 2012; FÂNZERES, 2014)

Os governos que sucederam o fim do regime soviético foram os de Boris Yeltsin e Vladimir Putin, este último tem se esforçado em implementar uma estratégia geopolítica que recoloca a Rússia no papel de potência hegemônica. (SEGRILLO, 2012)

Nesse novo contexto, as mudanças climáticas e geográficas ocorridas no Ártico abrem novas oportunidades para a Rússia haja vista que o degelo da calota polar não somente abre espaço para rotas marítimas anteriormente difíceis de utilizar, mas cria também a oportunidade de explorar economicamente os recursos minerais como o petróleo e o gás natural. (JUNIOR, ROSA E SIMÕES, 2015)

Diante disso, impõem-se as seguintes questões: com a sua retomada no cenário global na Era pós-Guerra Fria, seria interessante para a Rússia abandonar o status de potência terrestre para buscar novos meios de alcançar a hegemonia? É possível que a Rússia busque

tornar-se uma potência marítima abandonando sua estratégia histórica? Ou manterá sua estratégia tradicional de ser uma potência terrestre a despeito das mudanças geográficas? Como veremos a seguir, a hipótese suscitada sugere que, devido às novas condições geopolíticas, a Rússia esteja buscando novas estratégias de alcançar a hegemonia sem necessariamente abandonar sua estratégia tradicional, podendo tornar-se não só uma potência terrestre, mas também uma potência marítima.

Devido à importância de se conhecer as duas principais teorias clássicas de Geopolítica nos estudos de Relações Internacionais e pela relevância da Rússia no cenário internacional para os estudiosos dessa área, faz-se mister um panorama a respeito das premissas teóricas do assunto abordado. O presente artigo propõe-se a realizar um estudo sobre duas teorias clássicas da Geopolítica, a teoria do Poder Terrestre e a Teoria do Poder Marítimo e a partir disto realizar um estudo de caso sobre a reorganização da geopolítica russa no período pós- Guerra Fria levando em consideração o derretimento de gelo no Ártico e as políticas russas para a região.

O artigo está estruturado em sete partes contando com estas considerações iniciais. O próximo tópico faz um resumo histórico a respeito da expansão do Império Russo e da URSS no século XX, a seção seguinte irá a discorrer a respeito do que é Geopolítica e da relação entre geografia e política a partir das ideias de autores clássicos como Ratzel e Kjellen. O quarto tópico abordará a Rússia como uma potencia terrestre, definindo o que é a teoria do Poder Terrestre (Mackinder) e o que é o *Heartland*. O quinto tópico abordará a Rússia como uma potencia marítima, definindo o que é a teoria do Poder Marítimo (Mahan) e do que se trata o poder naval e bélico. O sexto tópico discorrerá a respeito do caso do Ártico, o que são o *Arctic five*, a região pelo ponto de vista da Rússia e os interesses que estão em jogo, consumando com as conclusões a respeito do estudo ora elaborado.

2. A EXPANSÃO DO IMPÉRIO RUSSO E DA URSS

A Rússia no início do século XX era o segundo maior império da Terra, atrás apenas do imenso Império Britânico. No decorrer da história figurava na terceira colocação, perdendo apenas para o Império Britânico e para o extinto império mongol em termos de extensão territorial. (SEGRILLO,2012; KENNEDY,1989)

Era um país governado por um monarca absolutista cuja dinastia estava no poder há mais de 300 anos, apoiado por uma nobreza feudal e pela tradição servil a qual seu povo estava subordinado. Nicolau II da casa Romanov, o imperador e autocrata de toda a Rússia,

governava um império gigantesco com mais de 20 milhões de quilômetros quadrados e quase um sexto de toda superfície terrestre com cerca de 130 milhões de habitantes. (SEGRILLO, 2012; FREIRE, 2004)

Além do atual território, a Rússia no decorrer da história ocupou territórios que hoje são países soberanos ou dele fazem parte, como a Finlândia, os países bálticos, a Bielo Rússia, parte oriental da Polônia, a Ucrânia, os países do Cáucaso e os territórios da Ásia Central (os atuais: Cazaquistão, Uzbequistão, Turcomenistão, etc.) fazendo fronteira com diversos povos como o Império Turco-Otomano, Pérsia, Afeganistão, China, Mongólia e Coreia na parte Oriental, com os países nórdicos, o Império Alemão e Austro-húngaro e a Romênia na Europa central. (SEGRILLO, 2012; FREIRE, 2004)

Figura 1. Crescimento da Rússia de 1533 até 1894



Fonte: <http://redecastorphoto.blogspot.com.br/2015/01/peculiaridades-do-carater-nacional.html>

No mapa acima podemos ver a evolução territorial do Império Russo, desde seus primórdios até os anos finais do século XIX. Percebe-se claramente que na primeira metade do século XVI os Russos ocupavam uma região já bastante considerável. Sua expansão deu-se inicialmente para o leste, chegando até ao Oceano Pacífico e depois para o sul, a partir do início do século XIX. Essa expansão para o interior era vista com preocupação pelos britânicos, que temiam que a Rússia rompesse o seu isolamento, alcançando nesse trajeto os litorais do Mediterrâneo e oceano Índico, onde predominavam colônias e portos estratégicos dominados pelo Reino Unido. (MELLO, 1999)

O Império Russo, ao longo da história, não era temido pela sua qualidade e sim pela quantidade no que se refere ao seu poder bélico. Se comparado com os principais impérios do mundo durante grande parte do século XIX, a Rússia possuía uma população com milhões de

habitantes de diversas etnias e um dos maiores exércitos. Contudo era um exército com uma tecnologia defasada e composta majoritariamente por servos ou camponeses despreparados (sendo a servidão uma prática muito comum durante grande parte da história da Rússia e que só veio a acabar apenas em 1861, no reinado de Alexandre II). Isso fez com que a Rússia não fosse suficientemente forte para garantir a hegemonia e o prestígio almejado. Em 1905 a Rússia é vencida na guerra russo-japonesa. Essa humilhante derrota culminou no reconhecimento japonês como uma grande potência e em um descontentamento geral da população com o regime. Além disso, as derrotas e os desgastes sofridos durante a Primeira Guerra Mundial tiveram como consequência a perda de grande parte do território russo na Europa e a consolidação da Revolução de 1917, que destituiu a monarquia e levantou a bandeira vermelha com uma foice e um martelo por toda a Rússia. (SEGRILLO, 2012; FREIRE, 2004)

O país, antes dos Czares, agora pertence aos Bolcheviques de Lenin e Trotsky que, diante do caos generalizado da sociedade russa instalam pela primeira vez um regime marxista-socialista em um Estado de forma definitiva. Apesar disso tudo, na Geopolítica não havia novidades: Stalin, que logo após a morte de Lenin consolida seu poder mediante a desgraça de seu rival Trotsky, busca restaurar o poder da antiga Rússia reconquistando o território perdido. (SEGRILLO, 2012)

O famoso pacto Molotov-Ribbentrop, celebrado por Hitler e Stalin em 1939, garantiu a então União Soviética (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, como a Rússia e seus demais territórios passaram a se chamar), não apenas um pacto de não agressão, mas também a parte oriental da partilha do território da Polônia, dividida em duas pela Alemanha e União Soviética, além da invasão dos países bálticos, e a Finlândia (esta última acabou não sendo tão bem sucedida) para anexá-los à órbita soviética. (SEGRILLO, 2012)

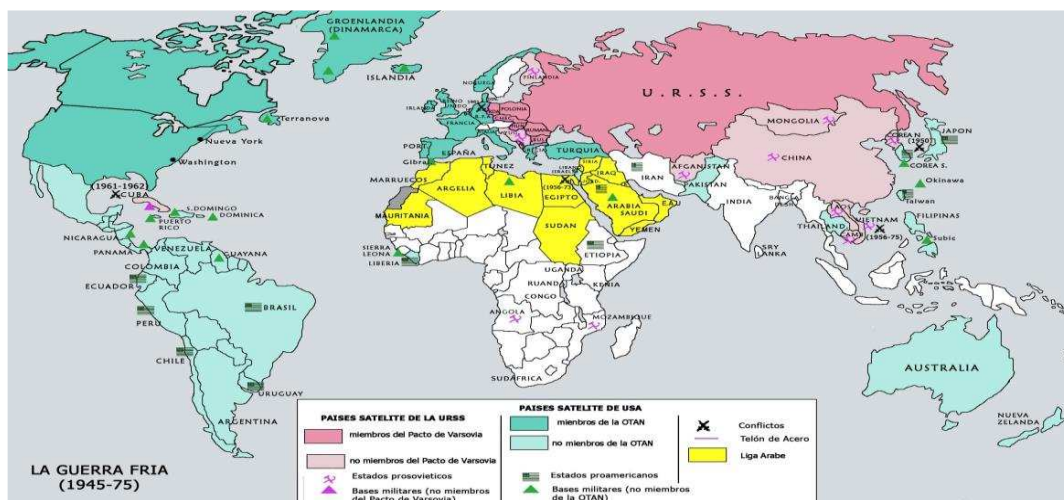
Tal acordo, contudo, não durou muito tempo. Em junho de 1941 a Alemanha quebra o acordo e invade a União Soviética na operação Barbarossa. Esta se uniu aos Aliados contra a Alemanha e sofrendo pesadas derrotas os soviéticos tiveram seu território devastado pelos nazistas. Porém, em 1943 a situação muda e os alemães começam a recuar até que em 1945 os soviéticos já estavam em Berlim quando Hitler se suicida e termina a guerra na Europa. Territórios antes ocupados pelos nazistas agora faziam parte do grande império soviético que era formado não apenas pela União Soviética, mas também pelos estados satélites por ela controlados (Alemanha oriental, Polônia, Hungria, Tchecoslováquia, Romênia, etc.). (SEGRILLO, 2012; XAVIER, 2010)

Não tardou para que os países ocidentais liderados pelos Estados Unidos entrassem em atrito com o bloco Soviético e logo cedo os recentes aliados tornam-se rivais. A bipolaridade estava instalada na Europa. O desenvolvimento de bombas atômicas em ambos os blocos e a revolução comunista na China elevam o conflito para outro patamar. Agora a guerra torna-se ideológica. A descolonização do continente africano e do sudeste asiático retira das antigas potências europeias o status de centro do mundo e altera os polos de poder global para as duas superpotências: os EUA e a URSS. (SEGRILLO, 2012; XAVIER 2010)

Iniciava-se a Guerra Fria que, devido ao surgimento das armas nucleares e a possibilidade de aniquilação mútua, fazia com que as superpotências evitassem o confronto aberto, limitando-se à corrida armamentista, ao desenvolvimento de tecnologias, atuação de blocos militares como a OTAN e o Pacto de Varsóvia, os serviços de inteligência, o financiamento de regimes autoritários ou de revolucionários e, indiretamente, a medir forças em guerras em países de terceiro mundo. (SEGRILLO, 2012; XAVIER, 2010)

No final do século XX o desgaste do fechado regime soviético, as pressões internas, o atraso socioeconômico e os movimentos de independência implodiram a URSS em 1991, embora houvesse tentativas de realizar reformas durante o governo de Gorbachev (*Perestroika e Glasnost*). O desmembramento das repúblicas e a crise econômica afastaram a Rússia do cenário internacional durante a década de 1990. Porém, com a ascensão de Putin ao poder, a Rússia através de um espírito nostálgico dos tempos dos Impérios Russo e Soviético busca novamente seu lugar ao Sol. (SEGRILLO, 2012; XAVIER, 2010).

Figura 2. Guerra Fria: zonas de influência das potências nucleares EUA x URSS



Fonte: <https://colomabea.files.wordpress.com/2012/09/8-guerra-fria-blog1.jpg>

De acordo com o mapa acima, pode-se perceber a influência da URSS no período da Guerra Fria: na Europa oriental controla grande parte do leste europeu desde o fim da Segunda Guerra Mundial, no que ficou conhecido como a Cortina de Ferro, com influência também no continente asiático, em países como a China, Coreia do Norte e Vietnã. Fora da Eurásia, a única influência realmente efetiva foi em Cuba.

Ao analisar esse breve resumo histórico da sua geopolítica, percebe-se que a Rússia sempre foi uma potência terrestre atuando principalmente nos continentes europeu e asiático, buscando a hegemonia através da expansão territorial tanto no regime czarista quanto no período soviético, que segundo alguns estudiosos da geopolítica (defensores da Teoria do Poder Terrestre) é o meio ideal para alcançar a hegemonia.

Contudo, um fenômeno pode mudar esta situação: alterações na geografia do Ártico devido às mudanças climáticas. Na era pós-Guerra Fria, com as mudanças climáticas e o derretimento das calotas polares mudando o terreno, novas rotas marítimas estão surgindo, abrindo espaço para a assunção de estratégias que antes não eram viáveis. Isto posto, as estratégias de geopolítica dos atores envolvidos no sistema internacional do Ártico estão sendo atualizadas pelo fato de terem que levar em consideração a ocorrência desse fenômeno natural, (JÚNIOR, ROSA E SIMÕES, 2015).

3. GEOGRAFIA POLÍTICA E GEOPOLÍTICA

As relações entre humanos giram em torno do poder, que nada mais é do que a capacidade de produzir os efeitos desejados por aqueles que o possuem sobre os outros que lhe são sujeitos. Há diversas formas e esferas de poder, mas o que se refere ao presente artigo é aquele exercido nas relações em que os sujeitos são os Estados. Nas diversas relações de poder, aquela em que o Estado é o que mais o detém e centraliza é caracterizado como sendo o Poder Nacional, (BONFIM, 2005).

O Poder Nacional é dividido em cinco expressões: poder político, econômico, militar, psicossocial e tecnológico. Destas cinco, a expressão política é aquela que possui o poder decisório. A eficiência deste exercício do poder depende de como as expressões econômica e militar estão assegurando a soberania e a mobilidade do poder político, seja no plano doméstico, como também no sistema internacional. Logo, Bonfim (2005) deduz que as colunas que sustentam o poder nacional, no âmbito internacional, são as expressões política, econômica e militar, enquanto as expressões psicossocial e tecnológica formam uma

plataforma de suporte para os demais. Também faz a diferença entre Geopolítica e Geoestratégia:

Política é a arte de fixar objetivos pretendidos, preparar e aplicar poder, para sua conquista e a manutenção, e que Estratégia é a arte de preparar e aplicar poder, para a conquista e manutenção dos objetivos fixados pela Política. Quando a política recebe influências geográficas na fixação de seus objetivos segundo Beckheuser e outros estudiosos do assunto, está se tratando de Geopolítica. Da mesma forma, quando a Estratégia no preparo e aplicação de poder, para conquistar e manter os objetivos fixados pela Política recebe influência das condições geográficas, está se tratando de Geoestratégia. (BONFIM, 2005, p.13)

Embora diversos pensadores como Heródoto, Tucídides, Platão, Aristóteles, Maquiavel, Montesquieu e Kant tenham escrito sobre a Geopolítica, o primeiro a elaborar um estudo sistematizado sobre o assunto foi o alemão e professor de Geografia Friedrich Ratzel (1844-1904). O pioneiro na análise da Geopolítica como ciência, através de estudos políticos, econômicos e humanos dentro do espaço geográfico e da história do passado e do presente dos Estados, defende que o Estado é “o resultante binário solo-homem; o homem influenciando o estado através de sua cultura e da criatividade política, enquanto o estado permanece ligado ao solo, como organismo vivo, e por isso mesmo, sujeito a leis biológicas inevitáveis.” (BONFIM, 2005, p.16).

Ratzel foi responsável pela teoria do *Espaço Vital* que pressupõe como crescimento do Estado o aumento do seu espaço geográfico em relação ao território de origem, teoria esta que influenciou sobremaneira a geopolítica alemã durante o período nazista. Outros conceitos deixados por Ratzel foram que o Estado é um organismo vivo e que o espaço é poder. Essas leis do crescimento dos Estados formuladas por Ratzel formaram também a base para muitas outras teorias posteriores de geopolítica (ALBUQUERQUE, 2011; BONFIM, 2005).

Levando em consideração que a época e as circunstâncias influenciam sobremaneira o campo das ideias, as tendências de pensamento do século XIX relacionadas ao evolucionismo, determinismo e nacionalismo, além de eventos históricos como a unificação da Alemanha e a rivalidade entre as grandes potências naquele período, tiveram impacto relevante no desenvolvimento das concepções de Ratzel. (ARCASSA E MOURÃO, 2011).

Bonfim (2005) e Albuquerque (2011) explicam as sete leis dos espaços crescentes de Ratzel: a necessidade de espaço cresce com a cultura do Estado; o crescimento do estado segue outras manifestações do desenvolvimento da população, devendo necessariamente preceder o desenvolvimento do próprio povo; o crescimento do Estado se manifesta através da adição de outros Estados menores dentro do processo de amalgamação; a fronteira é o órgão

periférico do Estado nacional; em seu crescimento o Estado luta pela absorção de seções politicamente importantes; o primeiro ímpeto para o crescimento territorial vem através de outra civilização superior e, por fim, a tendência geral para a anexação territorial e amalgamação transmite o movimento de Estado para Estado, aumentando sua intensidade.

Bonfim (2005) também discorre a respeito de outras ideias complementares de Ratzel, a saber: a área mundial está dividida em zonas de influência, dentro das quais cada Estado tem sua importância relativa de acordo com aspectos particulares; o Estado preso entre outros Estados mais poderosos se vê sempre no dilema de optar pela política de um deles; o melhor posicionamento geográfico para um Estado é ser cercado por Estados de menor potencial; Estados fracos, vizinhos de Estados fortes, correm risco de cair na órbita de influência destes; Estados poderosos e vizinhos, com interesses opostos, geram uma situação de intranquilidade cuja solução é a guerra e, também, que em casos típicos de excesso de população, os efeitos da pressão transpõem as fronteiras e penetram pelos estados vizinhos, caracterizando-se como um efeito expansionista.

De acordo com Bonfim (2005), outro teórico fundamental para a estruturação da Geopolítica como ciência é o sueco Rudolf Kjellén (1846-1922), o qual foi o primeiro a cunhar esse termo. Para Kjellén, analisar o Estado somente sob o aspecto jurídico, sendo subsidiariamente enriquecido das contribuições advindas da sociologia e da economia, não é suficiente para a compreensão do mesmo. A sua abordagem de análise caracteriza-se por uma visão global do que é o Estado através da observação de todos os fatores que o compõem. Assim, adotou um novo método para estudo de Política classificando-a em determinadas áreas, que são a *Geopolítica*, que determina a influência do solo nos fenômenos políticos, a *Ecopolítica* (ou Geoeconomia), que trata da influência dos fatores econômicos na política, a *Demopolítica*, que estuda o Estado como povo ou nação, e a *Catropolítica* que estuda a política como poder. Kjellén concebeu também a ideia de nacionalismo, em que o Estado é um organismo vivo, unido ao solo de forma orgânica em uma luta constante por maior espaço. Afirma ainda que a interpretação de fenômenos políticos através de fatores geográficos dar-se-ia sob três pontos de análise, a saber: da *Topopolítica* que trata da influência da posição do espaço físico, da *Morfopolítica*, que trata da influência da forma e extensão do território e da *Fisiopolítica*, que trata da influência das riquezas naturais no próprio território.

Outros princípios importantes descritos por esse autor são os postulados nos quais este defende que os Estados relativamente poderosos, mas que possuem áreas de soberania limitada, são dominados pelo ímpeto de dilatar seus domínios por meio da união com outros Estados, através da colonização ou através conquista. Enquanto isso, os pequenos Estados

estão destinados, no mundo da política internacional, a sofrer sorte semelhante à de povos primitivos no mundo da cultura: são afastados para regiões marginais, são mantidos na periferia e em zonas fronteiriças ou são extintos e, quanto mais o mundo se torna um lugar civilizado, mais Estados grandes fazem sentir sua influência em territórios maiores e quanto maior o desenvolvimento destes, menor é a importância dos Estados pequenos.

4. A RÚSSIA E A TEORIA DO PODER TERRESTRE

4.1. A Teoria do Poder Terrestre (Mackinder)

No que se refere à teoria do Poder Terrestre, Bonfim (2005) faz menção ao autor desta teoria, o professor e geógrafo inglês Sir Halford J. Mackinder (1861-1945). Este teórico analisou o globo terrestre e observou que 75% das terras do planeta faziam parte dos continentes europeu, asiático e africano, os quais concentravam em seu território cerca de 90% da população mundial da época (isso até meados do século XX). Denominou esse conjunto formado pela Europa, Ásia e África de *Ilha Mundo*. Quando Mackinder analisou determinados eventos históricos como as conquistas dos bárbaros, dos cossacos e dos povos das estepes originários do interior do Ásia, definiu a área central do que hoje chamamos Eurásia como sendo a Terra Central ou Terra Coração, o *Heartland* (terras da Rússia e Ásia Central), que seria a *área pivô* da história, pois quem a controlar domina a *Ilha Mundo*, e quem domina a *Ilha Mundo* domina o globo.

Mello (1999) acrescenta que Mackinder explanou na Real Sociedade Geográfica de Londres, durante a ilustre conferência intitulada *The Geographical Pivot of History* em 25 de janeiro de 1904, os princípios que foram as bases da teoria do Poder Terrestre. Suas concepções ocorreram numa época em que as grandes potências europeias tinham terminado um ciclo de colonização dos continentes africano e asiático. O fim desse processo de colonização transformou novamente o mundo num “sistema fechado”, e com isso as potências terrestres, pressionadas, buscavam novas maneiras de aumentar seu poderio e hegemonia. A visão de mundo de Mackinder era influenciada pela sua condição de cidadão britânico, ou seja, enxergava a época como a de o fechamento de um ciclo no qual Estados nacionais mais antigos, como a Inglaterra, levavam vantagem sobre Estados mais recentes, como a Alemanha, e que a partir de então seria iniciada uma perigosa corrida armamentista motivada por uma nova divisão do mercado mundial. Tal teoria tinha como plano de fundo uma

rivalidade secular entre dois grandes poderes antagônicos que se enfrentavam pela conquista da hegemonia mundial: o poder terrestre e o poder marítimo.

Com relação à rivalidade entre o poder terrestre e o poder marítimo, Mello (1999) aborda exemplos históricos que possibilitam delinear tal disputa a partir dos modelos estratégicos antagônicos. Destarte, um deles por meio do poder terrestre se beneficiando de uma posição central terrestre para se expandir para as regiões periféricas, conseguindo ao final acesso aos mares e oceanos. O outro modelo, por meio do poder marítimo, se beneficiando da sua posição insular ou peninsular parte gradativamente para dominar áreas litorâneas e encurralar as potências terrestres no interior. Tal disputa é denominada de *Continentalismo* versus *Oceanismo*. Dentre estes exemplos históricos estão as guerras greco-persas, no qual o poder naval grego rivaliza com o poder terrestre dos medos e persas. A guerra do Peloponeso, no qual duas ligas de cidades-Estados disputavam pela hegemonia do mundo helênico, a liga marítima de Delos guiadas pelo poder naval ateniense e a liga continental do Peloponeso guiada pelo poder terrestre espartano. Na Idade Moderna e durante as Guerras Napoleônicas, a disputa entre o Reino Unido, uma potência marítima insular e a França como uma potência continental também servem de exemplo histórico. E, após o Concerto Europeu de 1815 com o equilíbrio de poder das principais potências europeias (Reino Unido, França, Prússia, Áustria e Rússia) estabeleceu-se a rivalidade anglo-russa, o Reino Unido como um poder marítimo querendo garantir sua hegemonia global, e a Rússia como um império continental em plena expansão territorial em busca de acesso às *águas quentes*.

A Guerra da Criméia é uma consequência dessa rivalidade entre o poder continental russo e o poder marítimo britânico. O primeiro possuía vastos recursos humanos, um grande exército e um grande território, porém possuía limitações no âmbito tecnológico, produtivo industrial além de uma infraestrutura decadente, enquanto o Reino Unido possuía vantagens nesses campos de ação. (KENNEDY, 1989)

Esse equilíbrio, criado pelas grandes potências no congresso de Viena, foi quebrado com a unificação da Alemanha, que veio substituir a Rússia como o grande poder terrestre, com desejo de se expandir, tornando-se a rivalidade anglo-russa uma rivalidade anglo-germânica, culminando em uma corrida armamentista e em uma série de eventos que resultaram na Primeira Guerra Mundial.

No que concerne aos argumentos em favor da supremacia do poder terrestre sobre o poder marítimo,

... o poder terrestre poderia conquistar as bases do poder marítimo, caso conseguisse adicionar à sua retaguarda continental uma frente oceânica que lhe possibilitasse torna-se um poder anfíbio, simultaneamente um poder terrestre e marítimo. Esse fora o caso da conquista de Creta, potência insular do mar egeu, pelos invasores dórios a partir de sua base terrestre situada na Grécia continental. Posteriormente, a própria Grécia, potência marítima-mercantil do Mediterrâneo Oriental, foi dominada pelos macedônios provenientes do interior da península Balcânica. Esparta foi uma potência continental que, auxiliada pelos persas, construiu uma frota e acabou vencendo o poder naval ateniense na Guerra do Peloponeso. Na primeira Guerra Púnica, Roma se apoiou em sua base territorial peninsular e armou também uma frota, com qual derrotou os cartagineses e tornou-se o poder marítimo dominante no mediterrâneo ocidental. (MELLO, 1999, p.39).

Logo, Mackinder defendia a tese de que as condições para o poder terrestre construir e organizar uma esquadra lançando-se ao mar a partir de sua plataforma continental e com isso conquistar os territórios do poder marítimo eram bem mais vantajosas do que para o poder marítimo organizar um exército e partir para o continente através de sua base insular. (MELLO, 1999).

Em *O Pivô Geográfico da História*, Mackinder (2011) delinea os 400 anos do que ele chama de *Era Colombiana*. Período que começou com as explorações europeias do século XV e XVI, com início na colonização da América e término durante o século XIX e início do século XX com as explorações e colonização de territórios de caráter selvagem e inexplorados pelos europeus no continente africano, asiático e na Oceania. O fim dessa *Era Colombiana* transforma novamente o mundo conhecido em um *sistema fechado*. A partir disto, Mackinder (2011) critica o Eurocentrismo então reinante no estudo histórico das civilizações pelo fato de que a única história que se divulga é a do mediterrâneo e das raças europeias e propõe olhar para a história da Europa subordinada à história da Ásia. Analisando e comparando os territórios e como se deslocaram e se desenvolveram as grandes civilizações, conclui que estas se estabeleceram em áreas periféricas do globo, como a Europa ocidental, o Mediterrâneo e o Crescente Fértil devido à proximidade destes com o oceano e por possuir clima fértil para a agricultura, gerando a ilusão de que o centro geográfico do mundo são as regiões periféricas do globo e não a imensa área terrestre localizada no coração da Eurásia que, devido à severidade do seu clima, acabou por ser preponderantemente habitada por povos nômades. Tais povos tinham como característica percorrer longas distâncias, grande parte devido ao fato desta área ser dominada por estepes e planícies, enquanto que em áreas marginais onde se desenvolveram civilizações como a Europa devido a terrenos férteis e acidentados, que levaram esses povos a se tornarem sedentários.

Quando Mackinder (2011) firma que a história da Europa está subordinada à história da Ásia quer dizer que mesmo estes povos das regiões periféricas, vistos por eles mesmos

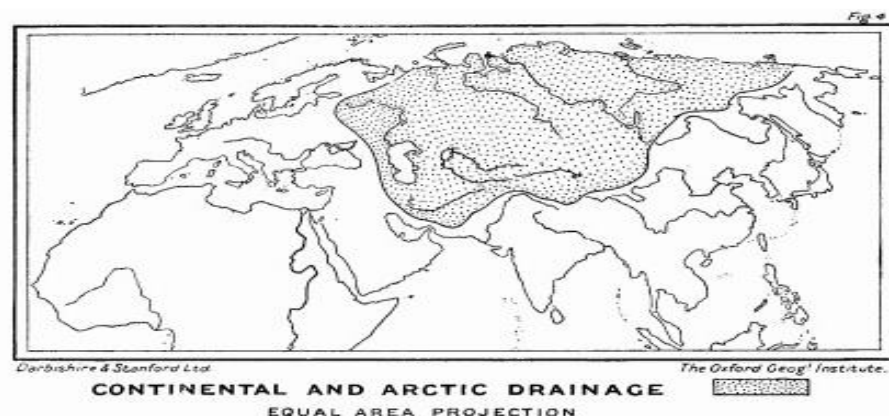
como civilizados, não ficaram imunes ao longo da história da influência dos povos nômades que habitam as planícies do interior da Eurásia e, com uma revisão da história, mostra como estes foram determinantes para os rumos do poder. Começando pelos hunos devastando a Europa e o Império Romano e as demais invasões bárbaras, houve uma ruptura no poderio do Império levando à queda do mesmo. E continua sua análise citando os povos turcos seljúcidas que dominaram o Oriente Médio subjuguando os árabes e persas, os avaros, os magiares, os búlgaros e diversos povos eslavos que se estabeleceram na Europa oriental e, por fim, o império mongol, que dominava grande parte do mundo conhecido, desde a China passando pela Ásia Central e Oriente Médio e grande parte da Europa oriental. Essa subjugação se deu pelo fato de a Europa e o mediterrâneo estarem suscetíveis a receber influência dos povos nômades da Eurásia, considerando ainda que estes estavam cercados por um oceano desconhecido a oeste, um imenso deserto ao sul (Saara) e pelas geladas terras ao norte.

As grandes navegações alteraram esta situação dando um fim neste sistema fechado. A influência da eurásia sobre a civilização acabou por entrar em decadência com as colonizações europeias. O término destas, porém, transformou o mundo novamente em um sistema fechado e agora o imenso império russo assumiria a posição do antigo império mongol devido sua privilegiada posição no *Heartland*. (MACKINDER, 2011)

4.1.1. O Heartland

O *Heartland* de Mackinder ou *área pivô* é um grande território localizado no centro da Eurásia. Abrange grande parte da Rússia, os países da Ásia Central, como Cazaquistão, Turcomenistão, Uzbequistão, e partes do Cáucaso, Oriente Médio China e Mongólia.

Figura 3. O Heartland ou Área Pivô



No mapa acima vemos como Mackinder (2011), em *O Pivô Geográfico da História*, descreve as características geográficas do Heartland, (que corresponde à área pontilhada), situada no coração da Eurásia.

Segundo ele essa região é marcada por desertos e também por uma grande estepe. Muito embora a região seja alimentada por rios, é completamente impenetrável por cursos de águas do oceano. Logo, torna-se um terreno propício para domínio de povos nômades.

Para o britânico, o Heartland, ao norte é cercado por uma zona de floresta subártica e pântanos, onde o clima é bastante severo. Os extremos leste e oeste, por sua vez, são favoráveis à agricultura. No leste a floresta se estende ao sul para a costa do Pacífico na terra de Amur e para a Manchúria. Da mesma forma no oeste, na Europa Oriental, onde a floresta era a vegetação dominante. Em detrimento das florestas do nordeste, norte e noroeste encontra-se no interior a estepe que se espalha por milhares de quilômetros desde parte da Hungria até a Manchúria.

A partir do mapa, além da região central tem-se que levar em consideração a existência de grandes *arcos* chamados de *Crescente interno* e *crescente externo*.

No mapa mundi mackinderiano a “área pivô” é rodeada por dois grandes arcos. O primeiro, o Crescente Interno corresponde ao espaço de expansão imediata do poder terrestre e, por via de consequência, representa a primeira linha de defesa do poder marítimo (as principais nações contidas nesse arco eram os impérios alemão, austro-húngaro e turco-otomano, mais Índia e a fragmentada China). O segundo arco, o Crescente Externo, corresponde ao espaço de proteção do poder marítimo e abrigava as grandes potências econômicas e militares da época (Inglaterra, Estados Unidos e Japão, além dos domínios britânicos do Canadá, África do Sul e Austrália). (ALBUQUERQUE, 2011, p. 43).

Bonfim (2005) acrescenta que ao controlar o *Heartland* o poder terrestre lá instalado poderia facilmente se expandir para o crescente interno marginal, que são os países localizados nas extremidades costeiras, com uma extremidade desse arco sendo a Grã-Bretanha e a outra a ilha do Japão. Garantindo o poder nestas duas extremidades com um potencial poder marítimo, essa potência conseguirá partir para conquista do arco exterior insular ou crescente externo insular, que consiste no continente americano e Austrália.

4.2. A Rússia pós-Guerra Fria e o Poder Terrestre

No que concerne à relação entre a Rússia e o poder terrestre, percebe-se que, ao longo da história o Império Russo e a União Soviética sempre tiveram uma inclinação para uma

política voltada para maximização do poder por via do controle territorial e da influencia geopolítica, tanto na Europa Oriental como na Ásia central e no Cáucaso, embora possamos distinguir claramente períodos de exceção. O colapso da URSS desmembrou territórios, concedeu independência a povos dominados e retirou antigos Estados satélites da influencia de Moscou, que voltou praticamente à *estaca zero*. (FÂNZERES, 2014; SEGRILLO, 2012)

Com o final da Guerra Fria e o desmembramento da URSS, a Rússia experimenta um novo revés e regressa no plano geográfico às suas fronteiras originais, geopoliticamente vulneráveis, essencialmente as que existiam antes do reinado de Catarina “A Grande”, perdendo inclusivamente a Ucrânia, o polo geopolítico e histórico do Principado de Kiev. (FÂNZERES, 2014, p 19)

Fânzeres (2014) relata as dificuldades da Federação Russa em amenizar os danos causados pela dissolução da URSS tanto na Europa quanto na Ásia. Segundo ele, para algumas correntes de pensamento, no que diz respeito à integração da antiga esfera de influência soviética (Bielo Rússia, Ucrânia, Moldávia, Cáucaso, Ásia central etc.) isso está irremediavelmente fora das capacidades da Rússia atual. Contudo, enfatiza que países como Bielo Rússia ou Moldávia se constituíram em atores amistosos às políticas russas facilitando a implementação de estratégias favoráveis a esta nos respectivos países, ao contrario de países como a Ucrânia que, embora possuam uma dependência no plano econômico e também no plano energético em relação à Federação Russa, apresentam diversas dificuldades que impedem que a Rússia exerça plena influencia sobre tal ator, tal como fazia em outras épocas.

A aposta decisiva parece assim incidir na Ásia Central, o que em muito poderá explicar o renascimento do eurasianismo na política interna russa e o elevadíssimo desempenho do regime na implementação de uma união euroasiática. Ainda assim, o sentimento de insegurança que a Federação atualmente apresenta possui similaridades com a patenteada em determinados períodos da sua história, já que a oeste da Europa muito embora não lhe sejam totalmente hostil, não é de uma forma geral uma entidade política cooperante... (FÂNZERES, 2014, p.19).

As dificuldades apresentadas não eliminam por completo a ambição russa de reconquistar o antigo *status-quo*. Fânzeres (2014) ao debater sobre as forças armadas relata que um dos pontos ressaltados pela doutrina militar que fora elaborada em 2010 era a tentativa de instalação de forças e bases militares em países da Ásia Central tendo em vista necessidade de contenção do ocidente, segundo a perspectiva russa.

Num plano essencialmente político foi lançada em 1991 a Comunidade de Estados Independentes (CEI), que a Federação à data da sua fundação mais não pretendia do que servir como fator limitativo da fuga plena dos principais Estados que haviam

integrado a sua esfera de influência, funcionando igualmente como um limitador da hostilidade entretanto criada ou que eventualmente viesse a emergir nesses Estados. Seguiu-se-lhe, no plano securitário, a criação da Commonwealth Security Treaty Organization (CSTO), que embora não integrasse a Ucrânia, um importante parceiro que a Federação procurou (e procura) nunca perder ou alienar, lançou as bases para uma estreita cooperação no domínio da segurança e defesa na Ásia Central, criando dependências e servindo igualmente de forma clara e oportuna os propósitos de sobrevivência dos regimes da região. (FÂNZERES, 2014, p. 139).

Amal (2016) acrescenta que a ascensão de Putin ao poder revigorou as atenções do governo no plano securitário, principalmente pelo fato desse possuir uma proximidade maior com os setores de inteligência, diferentemente de Boris Yeltsin que, mais ligado às oligarquias, buscava uma política de boa vizinhança com o ocidente, não impedindo a expansão da OTAN e União Europeia para as antigas áreas de influencia soviética que acabara por isolar a Rússia aos poucos.

Na Ucrânia, por exemplo, desde a independência em 1991, movimentos nacionalistas querem desvincular o país como área de influencia russa, aproximando-a com as potências ocidentais. A importância estratégica da Ucrânia, segundo AMAL (2016), é que esse país está localizado na parte inferior da divisa russa com a planície europeia. Levando em consideração que naquela região a Rússia não possui proteções naturais tais como uma cordilheira de montanhas, esse país acaba por possuir a função de um estado tampão. Logo, questões como a guerra civil e a anexação da Crimeia em 2014, reavivando o conflito EUA vs URSS, possuem ligações íntimas com princípios do poder terrestre. (AMAL, 2016)

Nesse sentido, percebe-se que a Federação Russa não está disposta a ceder a sua influencia continental e que as estratégias sobre as antigas áreas de influencia demonstram isso. Tais estratégias têm como principais bases questões econômicas, como a dependência energética dos antigos satélites em relação à Rússia, questões políticas, como a retomada da tentativa de influir nos países da Ásia Central onde prevaleceram regimes ditatoriais. A Rússia tem se aproveitado do fato de que, sem o seu apoio, a garantia de sobrevivência desses regimes fica bastante complicada, além de questões militares, tal como a intervenção na Crimeia em 2014. (FÂNZERES, 2014; AMAL, 2016).

5. A RÚSSIA E A TEORIA DO PODER MARÍTIMO

5.1. A Teoria do Poder Marítimo (Mahan)

No que se refere à Teoria do Poder Marítimo, o seu autor é o almirante norte-americano Alfred Thayer Mahan (1840-1914). Para ele o mar é uma planície aberta e a terra é quase sempre um obstáculo. Uma nação que, por meio do poderio naval consegue controlá-lo e que ao mesmo tempo consiga manter uma grande marinha mercante, pode explorar mais facilmente as riquezas do mundo e dessa forma garantir a hegemonia do globo. (BONFIM, 2005)

Bonfim (2005) afirma que para Mahan o poder marítimo é um elemento vital para a segurança, crescimento e prosperidade dos Estados nacionais, pontuando a distinção entre o poder naval e o poder marítimo, pois o poder naval compreende o poder militar que domina o oceano pelo poder das armas enquanto o poder marítimo inclui dentro de si o poder naval e o poder comercial exercido através de uma marinha mercante forte, além de bases navais, estaleiros e portos eficientes para o sustentar economicamente o Estado e seu poder bélico.

Em sua obra *The Influence of The Sea Power Upon History* publicada em 1890, Mahan (1890) estabelece elementos essenciais para o estabelecimento de uma hegemonia a partir do poder marítimo. São eles: a posição geográfica, a conformação física incluindo o clima e a produção nacional, o alcance do território, o tamanho da população, o caráter do povo e o caráter do governo e das instituições.

No que se refere à posição geográfica, esse autor defende que uma nação que não possui continentalidade está em vantagem em relação a nações continentais, pois estas não precisam concentrar forças para se defender por terra. Além disso, pode haver a vantagem estratégica de uma eventual posição central e uma boa base de operação contra adversários hostis. Um exemplo abordado por Mahan (1890) é o próprio Reino Unido, que por ter um território insular, não tinha necessidade de mobilizar grandes forças terrestres para garantir a proteção do território, podendo então garantir sua proteção concentrando-se no poder militar naval.

No que concerne à conformação física, esta se refere à relação entre a sociedade e o litoral, a infraestrutura portuária presente e a acessibilidade por ela fornecida, capazes de gerar fluxo de riqueza, mercadorias, recursos humanos e militares. Logo, se um Estado possui uma zona costeira significativa mas não a desenvolve em termos de infraestrutura, este não é uma potência marítima, pois não existem acessibilidade nem fluxo de recursos. Contudo, Mahan (1890) alerta que o litoral é também uma fronteira. Se ela não for devidamente protegida por uma marinha e uma infraestrutura ou geografia defensiva, a acessibilidade pelos portos no litoral, de uma vantagem pode se tornar uma desvantagem caso não seja devidamente defendida.

Mahan (1890) aborda também fatores que determinam se um Estado é voltado para a proteção marítima e uma infraestrutura litorânea ou não. Tais fatores são o clima e consequentemente a produção nacional. Em geral, se o clima for agradável e propício para atividades agrícolas, mesmo este possuindo um litoral propício e acessível para o desenvolvimento do poder marítimo, a economia e infraestrutura deste serão voltadas para seu interior tal como aconteceu com a França. Diferentemente, um Estado cujo clima não seja tão fértil, pode tal Estado a ter uma economia e sociedade voltadas para o comércio e, consequentemente, para uma infraestrutura litorânea, possibilitando e incentivando o processo de colonização de outras regiões que sejam mais férteis e ricas, desenvolvendo o comércio marítimo e colonial dessa nação tal como aconteceu com a Inglaterra.

A respeito do alcance do território, Mahan (1890) entende que este elemento está relacionado com os limites territoriais litorâneos. Levando em consideração que o litoral também é uma fronteira quando considerado em relação ao tamanho da população, sua extensão pode ser uma fonte de força ou de fraqueza dependendo do tamanho de um em relação ao outro. Se um Estado tem um vasto litoral e uma população pequena para defendê-lo, isso aumentará a vulnerabilidade deste território. Porém se um Estado possuir uma população significativamente grande com relação ao tamanho do litoral, a defesa deste será mais robusta.

Com relação ao número da população, esse autor aborda esse elemento não apenas no tamanho em si, mas também da capacidade desta em se transformar em recursos humanos mobilizados a serviço do poder marítimo.

Outro elemento abordado é a respeito do caráter nacional, no qual Mahan (1890) aborda aspectos culturais e sociais que favorecem ou prejudicam o Estado quando se trata de obter poder. A título de exemplo registra aspectos culturais de países como Inglaterra e Holanda em comparação com países como Portugal e Espanha. Embora estes últimos tenham dado início ao processo das grandes navegações e colonizado muitos territórios, não conseguiram sustentar a hegemonia como potências marítimas pelo fato de que grande parte de suas políticas foram voltadas apenas para a exploração e não para a produção de riquezas, enquanto a Inglaterra e Holanda tinham por sua vez uma cultura voltada para o comércio e valores relacionados à dignificação do trabalho e à produção de riquezas, e com isso conseguiram ocupar a posição de grandes potências marítimas em detrimento das primeiras.

A respeito do caráter do governo e das instituições, Mahan (1890) pontifica que a influência destes pode funcionar de formas distintas, mas intimamente relacionadas. Em tempos de paz o governo pode favorecer o progresso natural das indústrias e empresas

comerciais em sua tendência de buscar empreendimentos por meio do mar ou trabalhar para o desenvolvimento destas, caso não existam naturalmente. Ou então o governo, por ações equivocadas, pode atrapalhar o progresso que os indivíduos por si mesmo fariam. Em caso de guerra, a influência do governo pode se fazer sentir da forma mais simples, por meio da manutenção de uma marinha armada de preferência de tamanho compatível com crescimento de seu transporte marítimo e com os interesses destes conectados entre si. Mahan (1890) afirma que mais importante do que a marinha são as instituições que devem garantir quantidades adequadas de homens e navios na reserva. Garantir a manutenção de estações navais adequadas nas partes mais distantes do mundo, estas dependendo da força militar direta ou de uma população amena próxima para garantir a proteção, torna-se uma vantagem estratégica decisiva em conflitos bélicos.

5.2. O Poder Marítimo na história

Mahan (1890) ao discorrer a respeito do poder marítimo em *The Influence of The Sea Power Upon History*, faz uma análise histórica dos conflitos que marcaram o século XVII e XVIII e de como o poder marítimo foi fundamental nessas guerras. Nessa obra explica como potências marítimas como a Holanda e a Inglaterra alcançaram a hegemonia.

Dentre os casos analisados ele menciona as potências ibéricas de Portugal e Espanha, que foram os primeiros a se expandir para colonizar outras partes do mundo e conseguiram grandes porções de terra no continente americano e em outras partes do mundo, como as colônias portuguesas na África e a Ásia e os diversos territórios espanhóis na Europa como a Bélgica e o sul da Itália. Porém o caráter exploratório em detrimento do comércio levou esses colonizadores à decadência. Mahan (1890) afirma que o ouro do Brasil e as riquezas minerais do Peru e do México foram, paradoxalmente, a causa da ruína desses países. Menciona em seguida a Holanda e a Inglaterra, que diferentemente dos primeiros priorizaram o comércio e consequentemente ocuparam os lugares das primeiras como grandes potências marítimas. A disputa entre estas duas potências e o seu envolvimento em conflitos com outras nações poderosas como a França resultou na decadência da Holanda e na hegemonia britânica como uma grande potência naval.

A hegemonia britânica manteve-se ainda mais preponderante durante o século XIX e início do século XX quando o seu domínio marítimo foi cada vez mais se convertendo em grandes extensões de terra a ponto de se tornar um império global que dominou cerca de ¼ do mundo. Era o império onde o sol não se punha nos domínios da Rainha Vitória, que dominou

o Canadá, grande parte da África, Índia e Austrália, além de diversas ilhas e territórios ao redor do mundo. (PASSETI, 2016).

Sua análise destaca a permanência da tradição naval britânica. Com um pensamento geoestratégico, realça o papel da Marinha Real e como esta aproveitou as Guerras Napoleônicas para realizar importantes conquistas – não necessariamente contra os franceses –, constituindo uma rede de apoio à expansão militar e econômica do Império no imediato pós-guerra. Com este olhar, Darwin localiza uma ampla e coerente rede de portos militares: o Cabo da Boa Esperança, no sul da África; o Ceilão (Sri Lanka) e as Ilhas Maurício, no Oceano Índico; as Ilhas Jônicas (até 1864) e Malta, no Mediterrâneo; Halifax, no Atlântico Norte; na sequência, as Ilhas Falkland, no Atlântico Sul (conquistadas em 1833). A anexação destes locais, com pouca população e nenhum interesse econômico imediato, esteve pautada por objetivos geoestratégicos. Neles, a Marinha Real manteve fundeados navios de guerra controladores dos mares. A marinha mercante encontrava portos seguros para reabastecimento e reaparelhamento. Esta teria sido, segundo John Darwin, a expansão planejada do Império – idealizada nos gabinetes de Londres e executada pela Marinha Real. Este sucesso possibilitou a execução das outras e importantes expansões, aquelas oportunistas, sobre a China, a Índia, o Pacífico e a África. (PASSETI, 2016 p.4)

Mello (1999) acrescenta que a teoria do Poder Marítimo de Mahan na virada do século XIX para o XX, foi determinante na elaboração da estratégia norte-americana e “tornou-se a bíblia dos defensores do destino manifesto estadunidense e dos partidários da política de expansão do poderio naval norte americano.” (MELLO, 1999, p. 15).

Em 1898, a conquista de Porto Rico e das Filipinas, assim como a instauração do protetorado sobre Cuba, após a vitória na Guerra Hispano-Americana, consolidaram o poder marítimo ianque no Caribe e no Pacífico. A política de *Big Stick* aplicada aos países centro americanos e caribenhos teve seu corolário na secessão do istmo e na abertura do Canal do Panamá, em 1914. No plano geopolítico e estratégico, a construção de um canal interoceânico na cintura do continente americano – possibilitando a junção das frotas do Atlântico e do Pacífico – transformou os Estados Unidos numa grande potência marítima e insular: a ilha continente do hemisfério ocidental. (MELLO, 1999, p. 15).

Em 1914, quando o almirante Mahan faleceu (ano em que também ocorreu a inauguração o Canal do Panamá), os seus seguidores buscaram tornar realidade a sua concepção no que diz respeito ao papel da ilha continente norte-americana no concerto das grandes potências. De acordo com esses seguidores, os Estados Unidos deveriam assegurar uma absoluta hegemonia no continente americano para, desta forma, conter o expansionismo japonês no Extremo Oriente e no oceano Pacífico, como de fato ocorreu durante a Segunda Guerra Mundial, assim como usurpar da Inglaterra o papel de grande potência marítima mundial, o que foi concretizado também no final da Segunda Guerra Mundial, quando os

Estados Unidos se tornaram a única superpotência a rivalizar com o poder terrestre soviético. (MELLO, 1999).

5.3. A Rússia pós-Guerra Fria e o Poder Marítimo

Historicamente, a sua situação geográfica eminentemente continental levou a Rússia ser um ator quase que exclusivamente terrestre, tanto no período imperial quanto no período soviético. Embora existam poucas referências a respeito do poder marítimo na Rússia alguns fatos são dignos de nota. O Imperador Pedro I, o Grande, reinou de 1682 até 1725, em um período em que a Rússia ainda não era um ator relevante no sistema europeu de Estados. Era um país atrasado, tanto economicamente e politicamente quanto socialmente quando comparado aos seus vizinhos ocidentais, notabilizando-se aqueles que possuíam colônias enriquecidas através de um intenso comércio marítimo, enquanto a Rússia estava isolada do mundo, presa ao interior do continente. Para o monarca, a Rússia só poderia resolver aquela situação através de uma saída para o oceano, mediante o qual poderia desenvolver um comércio marítimo e assim retirar seu país do atraso ao qual estava condenado. Através de guerras com a Suécia conquistou terras próximas ao mar báltico, fundando por ali uma cidade a qual se tornou capital da Rússia durante todo o período imperial: São Petersburgo, cidade aberta à cultura e influência da civilização ocidental, que Pedro I, o Grande, tanto apreciava. Além disso, outro fato interessante foram os conflitos mais ao sul, nas regiões próximas do Mar Negro, no qual a Rússia buscava acesso às águas quentes do mediterrâneo. Um desses conflitos foi a Guerra da Crimeia entre a Rússia e a Inglaterra. Entretanto, o fim da URSS, fez com que muitos desses territórios de acesso ao mar fossem perdidos. (SEGRILLO, 2012)

No século XVIII, Pedro, o Grande (r. 1682-1725), levou as fronteiras ao norte até o mar Báltico (alcançando finalmente uma saída para os oceanos), enquanto Catarina II, a Grande (r. 1762-1796), conquistou a Crimeia ao sul (chegando ao mar Negro). No século XIX, houve a incorporação da Geórgia (1801), Finlândia (1809), das montanhas do Cáucaso ao sul e da Ásia central muçulmana, completando a construção do Império Czarista. (SEGRILLO, 2012, p. 128).

No que diz respeito ao período pós-Guerra Fria, Sudbrack (2013) afirma que o fim da União Soviética fez despencar o PIB do país e gerou uma instabilidade política contornada somente com a virada do século. Segundo Sudbrack (2013), militarmente, a antiga URSS possuía na década de 1980 uma frota com cerca de 170 submarinos, dos quais 45 deles nucleares, em contraste com os atuais 33 submarinos, com apenas 9 deles nucleares. Essa

deficiência de poder marítimo prejudica qualquer pretensão de hegemonia por via do Poder Naval.

A situação decaiu tanto que, em 2008, Medvedev disse, em sua campanha à presidência, em Murmansk, que a marinha do país não possuía navios para apoiar os pescadores russos, que eram frequentemente abordados pela guarda costeira norueguesa em função das divergências sobre pesca no Mar de Barents (ROWE, 2009). Atualmente, dos catorze navios hidrográficos russos, onze estão operando há mais de vinte e cinco anos, e milhares de quilômetros da costa no Ártico não estão coberta por rádio. (SUDBRACK, 2013, p.3).

Logo, percebe-se que o colapso da União Soviética afetou o poder marítimo russo tanto em questões bélicas com a diminuição de seu poder naval em relação à época soviética, quanto na redução territorial. Os antigos territórios que davam melhores acessos aos mares Báltico e Negro foram perdidos com a independência de países como a Ucrânia, Finlândia, Letônia, Estônia e Lituânia. (FÂNZERES, 2014; SEGRILLO, 2012; SUDBRACK, 2013). Contudo, um oceano pouco afetado pelo colapso da URSS e pouco abordado até então pelas teorias de geopolítica pode mudar o panorama desta situação: o Oceano Ártico. (JÚNIOR ROSA, SIMÕES, 2015).

6. O CASO DO ÁRTICO

6.1 O Ártico

O Ártico, segundo Júnior, Rosa e Simões (2015), por ser considerada uma barreira quase que intransponível, acabou por se tornar uma região menosprezada pela Geopolítica clássica. Com exceção da teoria do Poder Aéreo¹, o Ártico era visto como uma região periférica de pouca importância. Entretanto, com a diminuição da cobertura do gelo devido às mudanças climáticas, esta acaba por surgir como uma nova região geopolítica pronta para ser explorada, fato este que somente após o século XX ficou evidenciado em sua importância com a implementação de bases militares de países como a Rússia e Estados Unidos.

Como podemos ver no mapa abaixo, das rotas marítimas em evidência naquela região, destacam-se a rota *Northern Sea Route*, no lado eurasiático, a *Northwest Passage*, no lado americano, e entre elas a *Future Central Arctic Shipping Route* possibilitada pelo degelo. Essas três rotas marítimas possibilitam às esquadras russas de guerra e mercante circularem mais facilmente pelo globo a partir de novos portos situados ao longo do litoral russo do Mar

¹ A teoria do Poder Aéreo é também uma teoria clássica da Geopolítica, contudo, esta não é debatida neste artigo que possui como foco apenas as teorias do Poder Terrestre e do Poder Marítimo.

do Norte. Ademais, o alcance militar sobre essas rotas significa uma vantagem estratégica em face aos demais países da região, tanto em termos ofensivos quanto defensivos.

Figura 4 – Rotas marítimas no Ártico



Disponível em: <http://arcticportal.org/old-news/409-new-laws-on-the-northern-sea-route>.

No que diz respeito às teorias do Poder Terrestre e do Poder Marítimo com relação ao Ártico, para Júnior, Rosa e Simões (2015), Mackinder não via essa região como sendo de importância estratégica pois considerava o litoral norte da Rússia apenas como uma proteção da fronteira norte da Eurásia e enfatizava que a posição estratégica da Rússia era ideal para poder influenciar as áreas periféricas da Eurásia através do poder territorial. Enquanto Mahan acreditava que o Império Russo não ocupava uma região privilegiada por estar em uma posição continental, com pouco acesso aos oceanos, este não poderia exercer uma influência global de forma efetiva pela sua quase que completa dependência do oceano Ártico, no qual, sem saída, a marinha russa ficava limitada por uma série de estreitos tanto no Báltico quanto no Mediterrâneo quanto no Pacífico.

No mapa abaixo, vê-se nas áreas circulares os estreitos que limitam a atuação da Rússia enquanto potência naval. No Mar Báltico, os estreitos da península dinamarquesa e o golfo da Finlândia encurralam o litoral de São Petersburgo, enquanto que no Mar Negro e no Mediterrâneo têm-se os estreitos de Dardanelos e Gibraltar, além do Canal de Suez, como obstáculos. No Pacífico, a península coreana e o arquipélago japonês cercam Vladivostok.

Fica claro que a situação geográfica acima descrita serve de estímulo tanto positivo (a possibilidade de explorar as novas rotas no Ártico) quanto negativos (a limitação de tráfego

da marinha russa pelos estreitos situados mais ao sul) para que a Rússia venha adotar uma estratégia mais efetiva em termos da Teoria do Poder Marítimo.

Figura 5. Áreas onde a marinha russa fica exposta a outras nações e as melhores saídas ao norte, outrora inacessíveis.



Fonte: Júnior, Rosa e Simões, 2015, p.252

Júnior, Rosa e Simões (2015) acrescentam que Mahan e Mackinder, embora fossem importantes pensadores da Geopolítica, viam a questão do Ártico como uma barreira tanto para o poder terrestre quanto para o poder marítimo russo, o que pode ser compreensível devido a época em que viveram. Mas as mudanças climáticas estão reduzindo a extensão do gelo marinho naquela região, gerando navegabilidade e, por consequência, a necessidade de se revisar e remodelar tais teorias de acordo com as novas circunstâncias.

Nesse contexto de mudanças climáticas surgem outras questões que devem ser consideradas com relação ao Ártico, embora expressem mais evidentemente questões ambientais do que propriamente de estratégia.

A questão ambiental encontra sua dimensão geopolítica em dois pontos: o primeiro deles diz respeito à escassez de recursos cruciais para a sobrevivência humana. Quando tais recursos começarem a faltar para as populações dos países desenvolvidos do norte, os vácuos de poder localizados na América Latina, África e Ásia são (e serão) alvos da ocupação econômica ou mesmo de intervenções militares. (MARTIS; PIANOVSKI, 2013, p.34)

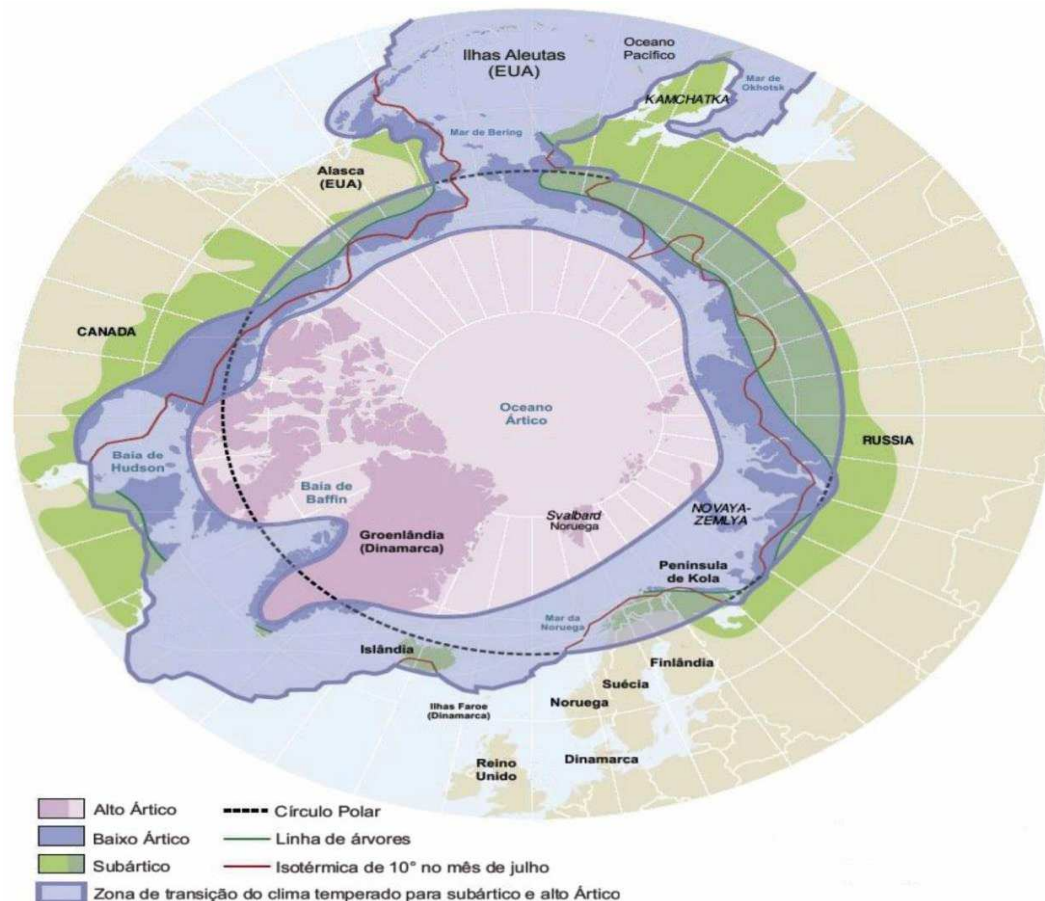
Além disso, outro fator de importância no que se refere à geopolítica do Ártico são os recursos minerais. O círculo polar ártico concentra entre 13% a 15% das reservas mundiais de

petróleo e 25% a 30% das reservas mundiais de gás. Desse montante, cerca de 54% das reservas de petróleo e mais de 70% das reservas de gás estão situados em territórios de jurisdição russa. Isso tudo além de outras reservas de elementos preciosos como chumbo, zinco, ouro, prata, níquel urânio, diamantes e os hidrocarbonetos (BAPTISTA, 2015).

Como podemos ver no mapa da Figura 6, podem-se perceber as camadas de transição climáticas bem como os atores envolvidos naquela região, como a Rússia e a Noruega situados na margem oriental, o Canadá e os Estados Unidos, por meio do Alasca, situados na margem ocidental, e por fim a Dinamarca representado pela ilha da Groenlândia.

A linha isotérmica de 10° no mês de julho serve de marco natural para a aferição das mudanças que vem ocorrendo, principalmente o degelo. Ademais, as regiões apontadas no mapa (Ártico, Baixo Ártico, Subártico, Zona de transição de clima temperado para subártico e alto Ártico) delineiam claramente a base geográfica sobre a qual se desenrola o conflito de interesses estratégicos. A questão geográfica e climática influencia diretamente a questão estratégica.

Figura 6. A região do Ártico e os países do Ártic Five



6.2. O *Arctic Five*

Diante deste novo cenário os países da região do círculo polar ártico mobilizam-se para estabelecer seus interesses na região. Esse grupo de países denominado de *Arctic Five*, são os seguintes: os Estados Unidos, através de seu território do Alasca, o Canadá, a Dinamarca, por seu território da Groenlândia, a Noruega e a Rússia. (JÚNIOR, ROSA E SIMÕES, 2015).

Júnior, Rosa e Simões (2015) afirmam que tem aumentado substancialmente o investimento das forças armadas tanto no desenvolvimento como no rearmamento de tropas para patrulhar e exercer suas soberanias na região. Todos os demais países, incluindo a Rússia, já começaram ou pretendem investir em sistemas de armas projetados especialmente para guerra na região.

No que diz respeito aos interesses específicos de cada um, os Estados Unidos tem como interesses no Ártico desde questões políticas, estratégicas e de segurança nacional a questões científicas, ecológicas e sociais. Nas questões estratégicas os EUA pretendem aumentar sua capacidade de garantir sua proteção por terra, ar e mar, além de incentivar as discursões por vias diplomáticas em relação a questões fronteiriças do assoalho oceânico. Contudo ainda existem assuntos não resolvidos no âmbito doméstico, como por exemplo, o fato dos EUA não aderirem à Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (JÚNIOR, ROSA E SIMÕES, 2015).

Baptista (2015) ressalta também que os Estados Unidos apostam em manter as linhas de comércio internacional abertas, defendendo o princípio do mar livre, enquanto procuram uma resolução diplomática das suas disputas territoriais na região, além de expandir sua exploração de gás e petróleo.

O Canadá por sua vez tem como objetivos primários garantir o patrimônio ambiental, desenvolvimento econômico e social, o exercício da soberania e a melhora da governança. O governo canadense possui um discurso mais voltado à cooperação internacional, enfatizando a importância de organizações internacionais tais como o Conselho do Ártico (JÚNIOR, ROSA E SIMÕES, 2015). Releva como prioridade as rotas de navegação no Ártico, e a preocupação com a regulamentação da navegação e segurança marítima da região. Reforçando seus interesses por meio de diálogo com os demais atores, principalmente com a Rússia, o Canadá, assim como os EUA, tem como um objetivo estratégico garantir que a região do Ártico se torne uma zona livre de conflitos, enfatizando vetores essenciais à segurança, paz e estabilidade da área (BAPTISTA, 2015).

Segundo Júnior, Rosa e Simões (2015), a Dinamarca, em sua estratégia, apresenta um discurso voltado para a prevenção de conflitos e para a não militarização da região, afirmando que o direito internacional possui bases sólidas para resolução de conflitos e a segurança.

Contudo, como a questão da soberania encontra-se intimamente ligada à economia, logo o desenvolvimento das forças armadas é algo de essencial importância como um fator para salvaguardar seus interesses na região. A Dinamarca busca o desenvolvimento sustentável na região apostando na promoção de indústrias, em especial no setor da pesca, turismo e exploração de recursos minerais (BAPTISTA, 2015).

O governo dinamarquês que, num momento disse ser contra a militarização do Ártico, em outro anunciou (em 2009) a criação do Comando Militar Ártico e de uma força-tarefa junto com uma força de resposta que contém aviões de combate, além da modernização de sua marinha. (JÚNIOR, ROSA E SIMÕES, 2015).

Quanto à Noruega, em seus aspectos estratégicos são destaques a preservação e a manutenção da soberania nacional, sendo esta a mais importante dentre as prioridades norueguesas. Logo sobressai algo cada vez mais evidente que é a necessidade da promoção de estabilidade política e amenizar o máximo possível os conflitos em torno da região, além do desenvolvimento de exploração tanto de recursos renováveis quanto não renováveis de maneira sustentável, bem como o incentivo à cooperação com vizinhos, em especial com a Rússia, com a qual possui muitos objetivos em comum, como por exemplo, a realização de exercícios militares, operações antipirataria e resgate de marinheiros. (JÚNIOR, ROSA E SIMÕES, 2015).

6.3. Os interesses da Rússia no Ártico

A Rússia, a última dos cinco que constituem o *Arctic Five*, tem buscado retomar a hegemonia político-militar tal qual a possuía no auge do poderio soviético. Isto envolve sua preocupação em ocupar e explorar da melhor forma possível do ponto de vista estratégico, a região do Ártico, já que grande parte do seu litoral situa-se nessa região, a qual permanecia congelada a maior parte do ano. Essa característica natural não impedia, entretanto, a movimentação de navios e submarinos na região, o que levou a antiga União Soviética a adotar uma estratégia militar voltada para submarinos durante a Guerra Fria. Por isso que é no Ártico que as principais bases navais russas estão localizadas, a exemplo da frota do Pacífico, partindo dali as embarcações da marinha russa, submarinos nucleares e navios que compõe as frotas militares, garantindo a sua proteção. (JÚNIOR, ROSA E SIMÕES, 2015).

Ainda segundo Júnior, Rosa e Simões (2015), o recente aumento da abertura para Mar do Norte causado pelo degelo e pelo aumento da temperatura média durante o ano fez os russos voltarem-se para incrementar o domínio militar oceânico, revendo o paradigma de que a estratégia geopolítica da Rússia seja voltada essencialmente para o domínio continental. O seu interesse militar é evidente, vez que esse fenômeno natural fez surgir novas rotas por onde as naus russas podem navegar e exercer o seu poderio e influência militar. O alcance estratégico das armas russas é aumentado pelo simples fato de que os principais países que representam uma potencial ameaça militar podem ser mais rapidamente alcançados a partir do Ártico do que se tivesse que agir a partir de outras bases mais meridionais do hemisfério norte, “... além de destacar a manutenção do potencial de combate da Frota do Norte” (JÚNIOR, ROSA E SIMÕES, 2015, p.259)

No contexto militar Sudbrack (2013) salienta que o maior desafio estratégico da Rússia é fazer frente à OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte), cuja influência tem-se estendido sobre países outrora pertencentes à esfera soviética. Diz esse autor:

O degelo do Ártico praticamente garante o acesso da frota russa ao Oceano Atlântico, importante para ações internacionais, principalmente depois de a Rússia perder portos importantes no Mar Báltico (hoje Estônia) e no Mar Negro (atualmente Ucrânia). (SUDBRACK, 2013, p.4).

Por conta disso, a Rússia tem efetuado pesados investimentos na área militar para fazer frente aos crescentes investimentos de países como os Estados Unidos e o Canadá.

Procurando modernizar a frota, o governo russo anunciou recentemente que, até 2020, 51 novos navios de guerra, 16 submarinos multifuncionais e 08 submarinos porta-mísseis entrarão em atividade na Marinha Russa. Os russos também encomendaram navios de assalto anfíbio dos franceses e anunciaram a criação de uma brigada especializada no Ártico na península de Kola. (SUDBRACK, 2013, p.4).

Fica evidente que mesmo sem descartar outros aspectos envolvidos na questão do Ártico, a estratégia geopolítica da Rússia preocupa-se sobremaneira com os aspectos militares.

Em termos militares, a política russa para o Ártico centra-se na proteção das fronteiras setentrionais da Federação e na obtenção de um contexto operacional que seja favorável às suas Forças Armadas (Antrim, 2010a), mas não descarta a possibilidade de conflitos vindouros em torno de recursos energéticos junto das suas fronteiras poderem requerer o emprego do instrumento militar (Cohen, 2011). (LEAL, 2012, p.383)

As ambições do país no Ártico se devem também à exploração dos recursos naturais necessários para o desenvolvimento do país. Por isso a Rússia tem sérias razões para fazer do Ártico um foco principal de sua atenção haja vista os extensos e ricos depósitos de recursos naturais como petróleo e gás. Para Baptista (2015) a Rússia está apostando no desenvolvimento econômico como um fator de grande importância no planejamento estratégico, através da exploração de recursos energéticos, criação de indústrias e criação de novas infraestruturas nessa região. Isso mostra como o fator econômico torna-se um centro de gravidade estratégico para a região.

Também o interesse da Rússia na região do Ártico se manifesta quanto ao aspecto meramente político, uma vez que pretenda expandir sua influência sobre os países da região. Considerando que em política não há vácuo de poder, e que um espaço deixado vazio por um ente político logo é ocupado por outro, torna-se imperioso para a Rússia aumentar seu raio de influência sobre os países da região o mais rapidamente possível antes que outros o façam, como por exemplo, os Estados Unidos. (SUDBRACK, 2013)

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao se analisar a história da Rússia e as teorias clássicas do Poder Marítimo e do Poder Terrestre percebe-se que as condições geográficas fizeram desse país uma grande potência terrestre que influenciou a história mundial de forma bastante singular. Entretanto, dadas essas mesmas condições geográficas, a Rússia se utilizou da estratégia do poder marítimo de forma mitigada, vez que suas principais saídas para os mares são geralmente condicionadas a passagens e estreitos sob a influência de outros países.

O colapso da antiga União Soviética prejudicou de maneira sem igual o Estado que o sucedeu. Seja na economia, seja na política, seja na capacidade militar ou na extensão territorial, a Rússia perdeu em todos os aspectos. Essa conjuntura impactou de tal maneira seu papel nas estratégias da Federação Russa que se tornou necessária uma completa revisão de sua estratégia de Geopolítica.

A Rússia sempre foi um país que pautou sua política a partir das capacidades do poder territorial que obteve ao longo da história. Ao final do século XX, a perda de vastos e estratégicos territórios tanto na Ásia quanto na Europa colocou barreiras quase que intransponíveis para Rússia atingir a hegemonia através desse poder. Entretanto, apesar dessa esfera de influência política e militar ter se reduzido drasticamente, isso, não significa que a Rússia tenha abandonado tal estratégia. Principalmente por meio da diplomacia, a Rússia

buscou manter na sua órbita de influência as antigas repúblicas da URSS e através de blocos como a CEI ou o *Commonwealth Security Treaty Organization* a Federação Russa buscou amenizar os danos causados.

Com relação às estratégias marítimas, algo que já não lhe era favorável ficou ainda pior no pós-Guerra Fria, pois além de não ter pleno acesso a oceanos que lhe sejam favoráveis, perdeu muito de sua capacidade de poder naval com o desmantelamento de parte de sua marinha de guerra.

As novas condições geopolíticas no Ártico estão dando à Rússia oportunidades estratégicas que antes não eram viáveis por meio do Poder Marítimo. Tem-se visto recentemente uma forte atuação do governo russo em buscar explorar os recursos naturais, desenvolver a rede de infraestrutura local e modernizar de sua frota naval para a região, o que são forte indicadores de que o governo russo esteja adotando as estratégias da teoria do Poder Marítimo aproveitando-se das mudanças geográficas na região, principalmente o degelo do Ártico, o que está permitindo uma maior navegabilidade durante boa parte do ano, o que não acontecia anteriormente.

Diante dos fatos apresentados, conclui-se que a Rússia está em plena execução de uma estratégia mista, mediante a qual sem abandonar sua tradicional estratégia de expansão pelo Poder Terrestre, busca também incrementar o aumento de sua influência por meio da estratégia do Poder Marítimo. Essa atuação se dá aproveitando-se do potencial aproveitamento geográfico do Ártico, tentando impor-se aos demais países com interesses na região. Busca, claramente, reconquistar de todas as maneiras possíveis, seja por terra seja por mar, seu papel hegemônico.

Se a Rússia vai ou não alcançar o objetivo da plena hegemonia sobre os demais *players*, seja pela estratégia do Poder Marítimo ou pela estratégia Poder Terrestre, ou ainda pelo uso combinado das duas, é algo que só o futuro poderá responder. O que pode ser observado é que essa potência global não está disposta a desistir daquilo que foi perdido e nem do papel que julga merecer como liderança dentre os países do mundo, seja na atualidade, seja no futuro.

THE THEORIES OF GEOPOLITICS AND RUSSIA: BETWEEN THE TERRESTRIAL POWER AND SEA POWER.

ABSTRACT

Geopolitics is a branch of Political Science and, consequently, International Relations that seeks to understand the relations between national State and territory in the field of international politics. Within the study of Geopolitics two classic theories stand out, one antagonistic to the other: the theory of Terrestrial Power and the theory of Maritime Power. Based on this theoretical reference, this article intends to analyze how the principles of these two classic theories have influenced the military strategies of Russia throughout history and, mainly, the reorganization of the same ones in the post-Cold War period. Using the deductive method, starting from the general explanation of the two great rival theories, to specific points when approaching the historical and political events related to the guidelines of both theories, the article has as technical procedure the case study, of exploratory character, with bibliographic review of scientific articles and academic books. In this way, the article aims to study the recent performance of the Russian Federation in the Arctic, given the new geopolitical panorama that emerged with the thaw that allowed the opening of new sea routes in this region, concluding that Russia continues to use its traditional strategy terrestrial power, but associating it with new alternatives by means of the Maritime Power, with a view to recovering the old status that it had in the imperial and soviet period.

Keywords: Geopolitics, Russia, Arctic.

REFERÊNCIAS

ABUQUERQUE, Edu Silvestre de. **Uma breve história da Geopolítica**. Rio de Janeiro: CENEGRI – Centro de Estudos em Geopolítica e Relações Internacionais, 2011.

AMAL, Victor Wofang Kegel. **Nova Guerra Fria? A percepção da Rússia sobre o Ocidente na era Putin**. 80 f. Monografia (Bacharelado) – Programa de Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/179635/TCC_Victor_Wolfgang_Kegel_Amal_2016_Nova_Guerra_Fria_Russia.pdf?sequence=1

ARCASSA, Wesley de Souza; MOURÃO, Paulo Fernando Cirino. Ratzel: para além do determinismo geográfico. In. SEMANA DA GEOGRAFIA E ENCONTRO DE ESTUDANTES DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA, 12, 7, 2011. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/semanas/geografia/2011/2011-ensino%20e%20epistemologia/Wesley%20e%20Paulo.pdf>

BAPTISTA, Ana Rita Pereira, **O Ártico: Geopolítica e desafios Transnacionais**. 2015. 196 f. Dissertação (Mestrado) - Academia da Força Aérea, Sintra, 2015. Disponível em: https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/11615/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o_ASPAL_PILAV_137721_BAPTISTA.pdf.

BONFIM, Uraci Castro. **Geopolítica**. [s.l.]: ECEME – Escola de Comando do Estado Maior do Exército, 2005.

FÂNZERES, José Manuel Ferreira. **Geopolítica e geoestratégia da Federação Russa: a força da vontade e a arte do possível**. Lisboa: IDN – Instituto de Defesa Nacional, 2014.

FREIRE, José Miguel Moreira, Há cem anos da guerra russo japonesa. Consequências diplomáticas. Equilíbrio internacional e europeu. **Revista Militar**, n. 2427, p. 1-29, abr. 2004. Disponível em: <https://www.revistamilitar.pt/artigo/394>

JÚNIOR, Enoil de Souza; ROSA, Kátia Kellem da; SIMÕES, Jefferson Cardia. Geopolítica no Ártico: mudanças nas políticas para o Norte. **Geografia Meridionalis – revista eletrônica do programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pelotas**, v.01, n.2, p. 248-267, jul-dez. 2015. Disponível em: <http://www.researchgate.net/publication/289223799>.

KENNEDY, Paul. **Ascensão e queda das grandes potências: transformação econômica e conflito militar de 1500 a 2000**. 20. Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1989.

LEAL, João Luiz Rodriguez. **O Ártico como espaço geopolítico**. 2012. 475 f. Tese (Doutorado) – Instituto Universitário de Lisboa, 2012. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/.../1/Tese%20João%20Leal%20-%20DHDRI.pdf>

MACKINDER, Halford J. O pivô geográfico da história. Tradução de Thiago Alberto Coloda; Bianca de Andrade. **The Geographical Journal**. Londres, v.23, p. 3-27, abr. 1904. In: **Revista de Geopolítica**, Natal, v. 2, nº 2, p. 3 – 27, jul./dez. 2011. Disponível em: www.revistageopolitica.com.br/index.php/revistageopolitica/article/download/30/30

MAHAN, Alfred Thayer. **The influence of Sea Power upon history, 1660-1783**. 12. ed. Boston: Little, Brown and Company, 1890. Disponível em: <http://www.gutenberg.org/files/13529/13529-h/13529-h.htm>.

MARTINS, Marcos Antônio Fávaro; PIANOVSKI, Diego. A dimensão geopolítica da questão ambiental. **Revista eletrônica Pro-Docência da Universidade Estadual de Londrina**, v.01, n.5, p.25-43, jul-dez. 2013. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/prodocenciafope>

MELLO, Leonel Itaussu Almeida. **Quem tem medo de Geopolítica?** São Paulo: Editora Hucitec; EDUSP – Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

PASSETI, Gabriel. Os britânicos e seu império: debates e novos campos da historiografia do período vitoriano. **Revista História (São Paulo)**, v.35, p.1-24, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1980-436920160000000077>

SEGRILLO, Angelo. **Os russos**. São Paulo: Editora Contexto, 2012.

SUDBRACK, Lucas. Jogos de poder no Ártico: um reflexo do sistema internacional em transformação. In: SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA ESPM, 2, 2013, São Paulo.

XAVIER, Fernanda Ollé, Episódios da Guerra Fria: seu início, meio e fim. **Diálogo e Interação – Revista eletrônica da Faculdade Cristo Rei**, v. 4, p. 1-11, 2010. Disponível em: <http://www.faccrei.edu.br/dialogoeinteracao/>